

TRABALHO, GÊNERO E CRÍTICA: A PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO DIANTE DA UBERIZAÇÃO FEMININA

Darli Chahine Baiao Oliveira; Gabriel da Silva Raulino; Hercília Correia Cordeiro; João Henrique Lima Farias; Noália Magna de Araújo; Regina Heloísa Maciel; Victória Diniz dos Santos.

Laboratório de Estudos do Trabalho — UNIFOR (Universidade de Fortaleza)

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho; uberização; gênero e trabalho; epistemologia crítica; saúde mental.

O presente trabalho parte de uma perspectiva epistemológica comprometida com os pressupostos da Psicologia Social do Trabalho (PST), tal como construída no Brasil a partir das contribuições de Coutinho, Bernardo e Sato (2017). Nessa perspectiva, a PST não representa uma área de conhecimento neutra ou técnica, mas configura-se como campo crítico, historicamente situado e eticamente comprometido com os trabalhadores, especialmente aqueles situados às margens das relações formais de trabalho. A proposta epistemológica da PST, ancorada no Pensamento Social Crítico Latino-americano e nas contribuições de Martín-Baró, Paulo Freire e da Saúde do Trabalhador, recusa os pressupostos positivistas de abstração e universalidade, afirmando, em seu lugar, a centralidade do cotidiano, da experiência vivida e da produção de conhecimento como prática de transformação social.

A partir desse horizonte epistemológico, a pesquisa investigou as vivências de mulheres mães, motoristas e entregadoras de aplicativo, fenômeno que se insere no processo de uberização do trabalho no Brasil. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como desigualdades estruturais de gênero se manifestam nas novas formas de flexibilização das relações laborais, em consonância com a tradição da PST de tomar os problemas concretos dos trabalhadores como ponto de partida da investigação científica — e não apenas como objeto de análise distanciada.

O objetivo central foi analisar as vivências dessas trabalhadoras, investigando os impactos da ausência de direitos trabalhistas sobre sua saúde psicológica e identificando as estratégias de enfrentamento por elas desenvolvidas. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, coerente com a postura epistemológica da PST de privilegiar os sentidos e significações construídas pelos próprios sujeitos em sua experiência cotidiana. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mulheres trabalhadoras de plataformas digitais, selecionadas por amostragem bola de neve. A análise dos dados foi

conduzida por meio da análise de conteúdo de Bardin, articulada a um quadro interpretativo que reconhece as trabalhadoras não como vítimas passivas, mas como sujeitos capazes de agência e resistência, perspectiva cara à tradição crítica que orienta a PST.

Os resultados evidenciam jornadas de trabalho que variam entre 12 e 15 horas diárias, agravadas pela dupla jornada característica das mulheres que acumulam o trabalho remunerado nas plataformas com as responsabilidades domésticas e de cuidado — trabalho historicamente invisibilizado e não remunerado. Tais condições produzem repercussões significativas na saúde mental das participantes: estresse intenso, episódios de burnout, crises de ansiedade e o medo constante da violência compõem o cenário psicossocial do trabalho dessas mulheres. A precariedade não se restringe à dimensão simbólica: a ausência de garantias previstas na CLT e a inexistência de infraestrutura básica, como banheiros para uso feminino, revelam o quanto a uberização não apenas intensifica a exploração do trabalho, mas o faz de modo generificado.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo confirma a relevância do olhar psicossocial crítico para os fenômenos contemporâneos do trabalho. A PST, ao recusar a separação entre pesquisa e engajamento, entre objetividade e posicionamento ético (Coutinho, Bernardo e Sato, 2017), oferece instrumental teórico e metodológico que permite capturar tanto as estruturas de dominação que organizam o trabalho por plataformas, quanto as formas de resistência construídas cotidianamente pelas trabalhadoras — como a criação de grupos solidários de monitoramento de rotas e proteção mútua. Essas práticas, longe de serem meros mecanismos individuais de adaptação, constituem expressões de agência coletiva que a PST é capaz de reconhecer e valorizar como formas de enfrentamento psicossocial.

Conclui-se que o trabalho por aplicativos intensifica processos de precarização que recaem de modo particularmente severo sobre as mulheres. A adoção da perspectiva epistemológica da PST não apenas qualifica a compreensão desse fenômeno, mas evidencia os impasses de abordagens psicológicas que ignoram as determinações sociais, históricas e de gênero do sofrimento no trabalho. Avançar na regulamentação dessas atividades e garantir condições dignas de trabalho são demandas que a PST, em seu compromisso ético e político, não pode deixar de enunciar.

Referências

COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (Orgs.). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2017. (Coleção Psicologia Social).

MARTÍN-BARÓ, I. Psicología social de la guerra. San Salvador: UCA Editores, 1989.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.